

RELATÓRIO MATO GROSSO DO SUL/CAMPO GRANDE
1ª Plenária Estadual de Saúde do Trabalhador
Devolução das Deliberações da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador

Local: Universidade Católica Dom Bosco / Campo Grande.

Data: 10 e 11 de agosto de 2006.

Promoção e organização: Conselho Estadual de Saúde (CES), Secretaria de Estado de Saúde (SES) e Centro Estadual de Saúde do Trabalhador (CEREST). Também participaram na Comissão Organizadora, representantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério da Previdência Social (MPS).

Coordenação e apoio pelo Ministério da Saúde: Maria da Graça Hoefel, Maria da Graça Jacques e Olga Rios.

Número médio de participantes: mais de 100 participantes, representantes dos segmentos dos usuários, trabalhadores em saúde e prestadores de serviços públicos e privados do Sistema Único de Saúde (SUS) de diversos municípios do estado.

Objetivos: a 1ª Plenária Estadual de Saúde do Trabalhador teve por finalidade a devolutiva da 3ª CNST, a identificação das prioridades locais em saúde do trabalhador (ST) e sua vinculação com as deliberações da 3ª CNST de forma a efetivar a Política Nacional de ST.

Descrição

Primeiro Dia (Manhã)

A cerimônia de Abertura contou com a presença do Secretário de Saúde do Estado, Matias Gonzáles Soares, do representante do Conselho Estadual de Saúde, Jonas de Souza Cavada, da representante do Ministério da Saúde, Maria da Graça Hoefel, representante do INSS, Hiley Sena, do representante da DRT/SP, Danilo Costa e da representante do Instituto Nacional do Câncer, Fátima Sueli Ribeiro. A seguir foi realizada a leitura e a aprovação do Regulamento da Plenária.

A exposição coube a representante da COSAT/MS, Maria da Graça Hoefel, que debateu com a Plenária a metodologia de trabalho proposta. Após, discorreu sobre as características do mundo de trabalho contemporâneo, solicitando aos participantes que apontassem algumas das características da atividade econômica do Mato Grosso do Sul. Foram feitas referências à atividade de pecuária e à atividade agrícola (soja, algodão, cana-de-açúcar, etc.). Foram levantados alguns problemas relacionados ao trabalho em frigoríficos, carvoarias, construção civil, pesca, funcionalismo público e apontados o trabalho informal e as desregulamentações das relações de trabalho como questões a serem priorizadas.

No final da manhã, a expositora apresentou uma planilha com as deliberações da 3ª CNST e demonstrou como utilizá-la. Após, apresentou dados quantitativos relativos ao perfil dos participantes desta Conferência, com destaque para os relativos à região centro-oeste.

Primeiro Dia (Tarde)

A primeira parte da tarde foi dedicada aos trabalhos de grupo. Foram constituídos 4 grupos, reunindo municípios por região geográfica.

Grupo 1: Campo Grande, Nova Alvorada do Sul, Anastácio, Nioaque, Corguinho, Camapuã, Miranda, Pedro Gomes, Aquidauna, Coxim, Rio Verde, São Gabriel do Oeste.

Grupo 2: Ladario, Corumbá, Bonito, Amambaí, Jardim, Coronel Sapucaia, Paranhos, Tucuru, Sete Quedas.

Grupo 3: Três Lagoas, Santa Rita do Pardo, Amaurilândia, Canilândia, Chapadão do Sul, Água Clara, Taquaruçu, Angélica.

Grupo 4: Caarapó, Navirai, Itaporã, Jateí, Ponta Porá, Maracajú, Porto Murtinho, Vicentina, Dourados, Maviraí.

Cada Grupo de Trabalho (GT) contou com facilitadores previamente treinados no dia anterior e elegeu um coordenador e um relator. Formaram-se subgrupos por município que discutiram e elegeram um problema prioritário em ST ou em contaminação ambiental e avaliaram a participação do controle social, considerando: a existência de Conselho Municipal de Saúde (CMS), se atuante ou não, se contempla alguma instância específica para tratar de questões referentes a ST e qual a sua principal atuação. Depois desta etapa, cada GT priorizou um problema por região e avaliou a participação do controle social no conjunto regional. Vencida esta etapa e com o problema priorizado, o GT levantou suas causas e conseqüências. Alguns membros de cada GT ficaram encarregados de levantar três deliberações da 3ª CNST mais diretamente vinculadas com o problema priorizado.

No final da tarde, os GTs apresentaram à Plenária o trabalho realizado, utilizando-se de cartazes para expor uma síntese das atividades desenvolvidas.

Síntese das atividades desenvolvidas pelos GTs

Grupo 1

Problema priorizado: Acidente de trabalho.

Causas: falta de informação, falta de fiscalização, falta de EPI, carga horária excessiva, falta de capacitação, falta de manutenção de carregamentos e veículos.

Conseqüências: depressão, mutilações, afastamento por invalidez, discriminação, afastamentos temporários e demissões.

Deliberações priorizadas: 226, 345, 360.

Avaliação do controle social da região: todos os municípios têm CMS, na maioria deles é atuante, nenhum deles têm CIST ou grupo específico para tratar de ST (em Campo Grande está se constituindo) e têm uma atuação abrangente em vigilância, assistência e controle de recursos financeiros.

Grupo 2

Problema priorizado: Industrialização

Causas: ausência de industrialização, emissão de poluentes, falta de qualificação e falta de EPI que leva a acidentes de trabalho, mutilação, cânceres e afastamentos.

Conseqüências: estresse, intoxicações, baixa produtividade, acidentes.

Deliberações priorizadas: 2, 76, 186.

Avaliação do controle social da região: em todos os municípios há CMS, são atuantes (Sete Quedas avalia que poderia ser mais atuante), não têm instância específica para tratar de ST e têm uma atuação abrangente.

Grupo 3

Problema priorizado: acidente de trabalho.

Causas: falta de EPI, ausência de capacitação, falta de qualificação para a função, falta de conhecimento do trabalho, imprudência, ausência de prevenção e de conscientização, ambiente inadequado, excesso de carga horária, pressão psicológica, irresponsabilidade patronal e funcional, falta de fiscalização dos órgãos competentes, vícios (álcool, fumo), imperícia e excesso de confiança.

Conseqüências: fraturas, traumas, invalidez, óbitos, estresse, erros banais, problemas familiares, depressão, problemas respiratórios, alergias diversas, problemas de coluna, LER/DORT.

Deliberações priorizadas: 2, 171 e 192.

Avaliação do controle social da região: todos os municípios têm CMS, são atuantes, não têm instância dedicada à ST e têm como atuação mais significativa, em mais da metade dos municípios, o controle de recursos financeiros.

Grupo 4

Problema priorizado: agrotóxico.

Causas: desconhecimento, armazenamento inadequado, descarte inadequado, descumprimento das regulamentações.

Conseqüências: doenças ocupacionais ou relacionadas ao trabalho, aumento da mortalidade e da morbidade, contaminação ambiental, custo para o sistema de saúde.

Deliberações priorizadas: 51, 233 e 262.

Avaliação do controle social da região: todos os municípios têm CMS, mas nem todos os avaliam como atuantes; não contam com instâncias dedicadas à ST e avaliam que as atuações estão mais voltadas para a administração e controle de recursos financeiros.

Segundo Dia (Manhã)

Os trabalhos foram iniciados pela representante da COSAT, Maria da Graça Hoefel, que discorreu sobre a Escola Continental e seus objetivos. Apontou que a criação da Escola foi uma proposta do Fórum Social Mundial que se realizou em 2005 na Venezuela e que tem como objetivo principal a troca de experiências e de formação em ST nos países da América Latina. Informa que haverá um primeiro encontro nos dias 19 e 20 de agosto, no Rio de Janeiro, e destaca a importância do Brasil e da Venezuela no processo pois são os países que têm uma experiência mais acumulada em temáticas relacionadas com a ST e com o engajamento do controle social nas ações propostas e/ou implementadas.

A seguir os GTs se reuniram novamente com o objetivo de elaborarem um plano de ação, descrevendo os problemas priorizados e prevendo atividades para 2, 4 e 6 meses. Encerrados os trabalhos, as sínteses foram apresentadas à Plenária, utilizando-se de cartazes para as exposições.

Síntese dos planos de Ação propostos pelos GTS

Grupo 1: Acidentes de trabalho.

2 meses

Ações: conscientização permanente e fiscalização.

Pactuações: Escola de Saúde Pública, Sec. de Educação, Imprensa, Secretarias Municipais de Saúde, Secretaria de Trânsito, FFSTMS, DRTs, CISTs, VISA, CIB, Ministério Público, Câmaras Municipais.

Movimentos Sociais: sindicatos, clubes de serviços diversos, associações diversas, ONGs.

4 meses

Ações: fiscalização e qualificação, prevenção, instituir CISTs nos municípios.

Pactuações: TEM, MPS, SES, SMSs, CRM, FUNASA, Imprensa.

Movimentos Sociais: sindicatos, CMSs, associações diversas, igrejas, ONGs.

6 meses

Ações: inserir no Plano Municipal de Saúde a ST, criar lei municipal e ouvidoria, fiscalizar ações e divulgar estatísticas, notificação compulsória dos acidentes.

Pactuações: SMSs, Prefeituras, Poder Legislativo, Imprensa, Previdência Social, SES, TEM, FUNASA.

Movimentos Sociais: sindicatos, associações diversas, ONGs, igrejas.

Grupo 2: Mobilização do controle social para ST e industrialização.

2 meses

Ações: cada CMS deve implantar o Plano Municipal de Saúde do Trabalhador conforme suas realidades, visando o desenvolvimento sustentável.

Pactuações: CMSs, CERESTs, CIS, DRT, sindicatos de classe, SMSs.

Movimentos Sociais: associações de bairros, ONGs, igrejas, associações de classe.

4 meses

Ações: instituir na Vigilância em Saúde, ações integradas em ST.

Pactuações: CMSs, CERESTs, CIS, DRT, sindicatos de classe, SMSs.

Movimentos Sociais: associações de bairros, ONGs, igrejas, associações de classe.

6 meses

Ações: capacitação de recursos humanos que irão desenvolver as ações integradas em ST.

Pactuações: Secretarias Estadual e Municipais de Educação, instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, SMSs.

Movimentos Sociais: ONGs que atuam em educação ambiental, ONGs em geral, associações de bairros, igrejas, associações de classe, OAB, sindicatos.

Grupo 3: Acidente de trabalho.

2 meses

Ações: implantar a CIST regional, elaborar material informativo/educativo sobre as notificações de AT, realizar palestras educativas com temas diversos (por exemplo: estresse, tabagismo, alcoolismo).

Pactuações: CERESTs, SES, SMSs, Ministério Público, SED/MEC, DRT, CNS, Ministério das Comunicações.

Movimentos Sociais: Assomasul, Famasul, sociedade civil organizada, sindicatos.

4 meses

Ações: implantar ginástica laboral no setor público e privado.

Pactuações: CERESTs, SES, SMSs, Ministério Público, SED/MEC, DRT, CNS, Ministério das Comunicações.

Movimentos Sociais: Assomasul, Famasul, sociedade civil organizada, sindicatos.

6 meses

Ações: implantar CIPAs (prefeituras, pequenas e médias empresas, propriedades rurais).

Pactuações: prefeituras, CERESTs, SES, SMSs, Ministério Público, SED/MEC, DRT, CNS, Ministério das Comunicações.

Movimentos Sociais: sindicatos, Assomasul, Famasul.

Grupo 4: Agrotóxicos

2 meses

Ações: mobilizar e sensibilizar os CMSs sobre o tema, formar Fóruns de Usuários do SUS nos municípios onde não existem e envolver os já existentes.

Pactuações: CMSs, SMSs, SES, CERESTs.

Movimentos Sociais: associações de moradores, Rotary, Lions, Maçonaria, entidades religiosas, movimentos rurais.

4 meses

Ações: elaboração e distribuição de cartilhas informativas, divulgação ou criação de disque denúncia, curso de capacitação para os agentes comunitários de saúde, agentes de endemias e outros, solicitação de inclusão da questão agrotóxicos nos PSF e pactuações.

Pactuações: SMSs, SES, CES, SEMA, CERESTs, FUNASA, CMSs.

Movimentos Sociais: associações de moradores, Rotary, Lions, Maçonaria, entidades religiosas, movimentos rurais.

6 meses

Ações: Dia D para entregar vasilhames e ações educativas, relatório sobre as ações desenvolvidas no período, realização de um seminário regional alusivo ao tema.

Pactuações: SMSs, CMSs, SES, Câmara de Vereadores, imprensa.

Movimentos Sociais: sociedade civil organizada, empresas que comercializam agrotóxicos.

Após a apresentação, a Plenária levantou os pontos comuns nos planos de ação propostos e discutiu e elaborou um plano geral. Todos os presentes interessados em se engajar no processo entregaram seus crachás com nome e município de origem. Foi, também, indicada uma COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, para elaborar o projeto de ação e proposto um cronograma de atividades.

PROPOSTA FINAL APROVADA E CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES.

- 1) REUNIÃO DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO NO DIA 11/08/06 às 14h.
Participantes da Comissão de Sistematização: Célio (nome de referência), Diovaner, Zeza, Fátima, Madson, Wilson, Marco, Luiz, Eliete, Ângela, José Carlos, Terezinha, Guadalupe, Aguinaldo, Nilson e Samuel.
- 2) Solicitar uma **reunião extraordinária** do CES (Encarregado: Roque).
- 3) Até dia 18/08/06 **encaminhar projeto e deliberações** da 3ª CNST e 2ª CEST para todos os Conselhos Municipais, Secretarias de Municipais de Saúde e a todos os presentes para ser discutido nos CMS e incorporados nos planos municipais de saúde e no PPA. Encarregados: Comissão de sistematização/ CEREST/CES; todos os presentes serão responsáveis por encaminhar e implementar o plano no nível local.
- 4) Até o dia 21/08 os CMS receberão do CES o projeto, as deliberações e as orientações para marcarem reunião para discutir o plano do controle social (Período: agosto).
- 5) Cada participante recebe o projeto e deve apresentar nos CMS para que o plano seja encaminhado para o plano municipal e seja incluído na PPA (Encarregado: Presentes na Plenária).
- 6) Criar comissão em ST e CIST (Encarregado: Presentes na plenária).
- 7) Dia 22/08/06 apresentar o plano de ação na CIB (Encarregado: Roque e Comissão de sistematização).

- 8) A Comissão de sistematização vai elaborar material informativo, (cartilha, material para rádio comunitário, etc) sobre agrotóxico, acidente de trabalho e desenvolvimento sustentável; enviar este material para os municípios.
- 9) A CIST chama FORUNS MUNICIPAIS para discutir os seguintes assuntos, com a colaboração de alguém da comunidade e do CEREST:
 - Agrotóxico (SET)
 - Acidente (OUT)
 - Desenvolvimento sustentável (NOV)(Encarregados: todos os presentes na Plenária).
- 10.) Capacitação do controle social em conjunto com o CEREST .

Contatos: roqueveiga@gmail.com. ou roqueveiga@ig.com.br;
josemartinsmarinho@gmail.com; siemsdourados@ibest.com.br ou
mariadeosilva@bol.com.br ou mariafrancisca10@hotmail.com; samoelbenits@bol.com.br;
aguinaldorodriguessinpsims@yahoo.com.br; clinica_ipa@yahoo.com.br;
niuzacoelho@msn.com; celio_boscardin@yahoo.com.br; veronese@ucdb.br;
luztorres@yahoo.com.br; odilmedeiros@ibest.com.br; matane@ibest.com.br;
adautomaia@brturbo.com.br

No final da manhã foi feita uma avaliação do evento pelos participantes que se manifestaram positivamente. Um dos participantes leu uma manifestação em língua guarani e em português e outro, declamou poesias gaúchas. Maria da Graça Jacques informou aos presentes que elaborará o Relatório e enviará a alguns participantes que o replicarão.

Segundo Dia (Tarde)

O coordenador do CEREST, Roque Manuel P. Veiga apresentou à Plenária três moções que foram aprovadas por unanimidade. Após encerrou oficialmente o Encontro.

A seguir, a Comissão de Sistematização se reuniu para planejar o trabalho de elaboração do plano de intervenção e agendar data para o primeiro encontro. Cumprida esta etapa, os trabalhos foram definitivamente encerrados.

Contatos de apoio e de acompanhamento: Maria da Graça Jacques (fjacques@terra.com.br) e Olga Rios (olga.rios@saude.gov.br).